

**VIDAS (NÃO) COMUNS NO ESTADO DE EXCEÇÃO:
Resistência Ficcionalis e Projetos de Nações em
Morangos Mofados, de Caio Fernando Abreu
e *Stella Manhattan*, de Silviano Santiago**

André Nascimento¹

Resumo

O golpe civil-militar de 1964 foi paradigmático no reforço dos papéis de gênero na sociedade brasileira, especialmente no exercício da heterossexualidade e masculinidade como vetores fundamentais na construção do sujeito nacional idealizado. Nessa perspectiva, este ensaio aborda as questões de resistência e demanda por direitos no campo sócio-textual, dialogando com a lógica de nação e narração defendida por Homi Bhabha (2000). Nessa ótica, a narrativa sugere outro *modo operandi* da nação através do papel re-significativo potencializado pelos artefatos culturais. Assim, argumento que *Morangos mofados*, de Caio Fernando Abreu (1982) e *Stella Manhattan* (1994 [1985]), de Silviano Santiago atuam como mediações ficcionais no contexto histórico e sociocultural da (des)construção das noções de gênero e sexualidade no Brasil de 1964-1985. Com uma proposta de subversão literária, os textos (re)constroem rotas de fuga em realidades ficcionais para que sexualidades e performances de gênero não-conformantes fossem também deslumbradas na realidade material durante o estado de exceção.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea. Direitos Humanos. Ditadura. Minorias Sexuais e de Identidade de Gênero.

¹Mestre em Literatura Brasileira e, em modalidade de mestrado duplo, cursa Literatura Hispânica com ênfase em Estudos Culturais e Literatura Contemporânea na Universidade do Novo México, Albuquerque, Novo México, Estados Unidos.

(NON) COMMON LIVES IN THE STATE OF EXCEPTION:

**Fictional Resistance and Nations Projects in *Morangos Mofados*,
by Caio Fernando Abreu and *Stella Manhattan* by Silvano Santiago**

Abstract

Brazil's 1964 civic-military coup was paradigmatic in the reinforcement of gender roles within Brazilian society, in particular in regards of heterosexuality and masculinity performance as key vectors in the construction of the idealized national subject. In this vein, this essay broaches questions of resistance and claims for rights in the socio-textual ground, dialoguing with the logic of nation and narration proposed by Homi Bhabha (2000). In this perspective, narratives suggest other *modo operandi* for the nation through the resignification potential of cultural artifacts. Hence, I argue that *Morangos mofados*, by Caio Fernando Abreu (1982) and *Stella Manhattan* (1994 [1985]), by Silvano Santiago serve as fictional mediations in the historical and sociocultural context of the (de)construction of gender and sexuality notion during 1964-1985 Brazil. With this proposal of literary subversion, these texts (re)construct escape routes in fictional realities so that sexualities and non-conforming gender performances could be also imagined in the material realities during the state of exception.

Keywords: Brazilian contemporary literature. Human Rights. Dictatorship. Sexual and Gender Identities Minorities.

Introdução

O golpe militar estabelecido pelos militares brasileiros em 1964 foi paradigmático no reforço dos papéis de gênero na sociedade brasileira, especialmente em que pese o exercício da heterossexualidade e masculinidade como fatores fundamentais na construção do molde do homem brasileiro. Conforme defendido por Benjamin Cowan (2015) e Renan Quinalha (2015) a homossexualidade era vista como uma ameaça “moral” aos padrões defendidos pelo regime e como consequência disso, também sofria incursões que visavam atacar os direitos e os espaços ocupados por esses sujeitos. Como prova dessa postulação normativa e da exaltação aos valores

familiares, temos na Marcha da Família com Deus pela Liberdade² como ato simbólico que demandava uma proteção contra o comunismo e as possíveis degradações morais – e sexuais – na sociedade que supostamente ameaçavam o modelo de família tradicional brasileira. Apontando, assim, o constante controle e conservadorismo brasileiro no campo dos costumes que levavam a conseqüente remontagens de mecanismos de *vigilância* (FOUCAULT, 1977), em particular contra minorias sexuais e de identidade de gênero.

Nessa perspectiva, este estudo defende que *Morangos mofados*, de Caio Fernando Abreu (1982) e *Stella Manhattan*, de Silviano Santiago (1994 [1985]) dialogam diretamente com o contexto histórico e sociocultural da (des)construção dos ideais de gênero na sociedade brasileira, assim como com os questionamentos das noções tradicionais de sexualidade. Entendo a lógica de nação e narração de Homi Bhabha (2000), em que as produções culturais exercem um papel significativo na (re)construção do ideário nacional, justamente por desafiar *supremacias culturais* e *prioridades históricas*. Através dessa contraproposta cultural, a narração sugere outro *modo operandi* de nação que considere as vozes de grupos minoritários dentro do imaginário nacional. Com isso, entende-se que a narrativa intermedia, intervenciona e projeta (des)estruturas de nação tanto no espaço ficcional quanto no concreto.

Morangos Mofados: Alegorias, Ditadura e a Não-Heterossexualidade

Publicado apenas em 1982, o livro de Caio Fernando Abreu havia sido escrito anteriormente, mas só teve a publicação possível após o período pós-anistia de 1979, devido à estrutura de censura-prévia às publicações estabelecidas após o Ato

² Esse foi o nome de uma série de protestos manifestados publicamente entre 19 de março e 8 de junho de 1964, em resposta à ameaça comunista e ao medo de degradação moral, segundo essa visão, eminente no Brasil durante o governo de João Goulart.

Institucional Número 5³ de 1968, durante o comando de Costa e Silva⁴. O AI-5 reforçou e legitimou, de facto, o estado de exceção, estabelecendo perseguições mais violentas não apenas aos guerrilheiros, mas aos modos de produção cultural e literária que questionavam a arquitetura governamental e moral. Produções artísticas e literárias que questionassem os papéis de gênero também estavam sob escrutínio, como por exemplo a escritora lésbica Cassandra Rios⁵, considerada a escritora mais censurada da história da literatura brasileira, justamente por defender as possíveis relações não-normativas naquele contexto brasileiro. Rios teve 33 de seus 36 livros censurados pelo regime militar, além de sofrer diversos processos por uma escrita supostamente pervertida. Outros escritores como Herbert Daniel⁶ e Plínio Marcos⁷ também sofreram com a censura prévia, nomeadamente pelo regime intolerante com a questão da não-heterossexualidade.

Já a escrita de Caio Fernando Abreu (1982), no entanto, se baseava em representações elaboradas no campo das alegorias e conseguia transitar e tecer comentários mais complexos que questionavam não apenas os padrões de gênero estabelecidos pelo regime civil-militar, mas também questionava a rigidez identitária que as minorias de gênero supostamente deveriam exercer, como êndo-normas. Nessa construção contra o estereótipo, os contos “Terça-feira gorda”, “Sargento Garcia” e “Aqueles dois” da coletânea *Morangos mofados* desestabilizam qualquer estrutura normatizante nos campos dos desejos e estilhaçam a lógica conservadora.

³O mais duro dos atos institucionais estabelecido pela ditadura de 1964, promulgado em 1968, o ato institucionalizou a tortura, suspendeu o direito ao *habeas corpus*, cancelou mandatos de parlamentares, entre outras legitimações do estado de exceção.

⁴Segundo ditador do período civil-militar brasileiro, é conhecido por dar início a uma fase mais brutal do regime ditatorial, conhecida com os “anos de chumbo”.

⁵ Cassandra Rios foi a primeira mulher a alcançar o marco de 1 milhão de obras vendidas no Brasil. Sofreu diversos processos por ter uma escrita considerada “imoral” por tratar a temática da homossexualidade feminina.

⁶ Herbert Daniel foi militante da esquerda armada durante a ditadura civil-militar, ativista político e escritor. O autor viveu no exílio e sua narrativa fala sobre a dificuldade de ser um militante gay e o conservadorismo da esquerda militar durante a ditadura, o que causava sobre o corpo não-heterossexual uma dupla repressão dentro e fora do aparato repressor do Estado.

⁷ Plínio Marcos era escritor, dramaturgo e jornalista. Suas obras desafiavam normatizações sexuais e traziam a cena temas de violência, homossexualidade e prostituição, que o levou a ser perseguido pela censura.

“Terça-Feira Gorda”

Em “Terça-feira gorda” o narrador anônimo descreve sua experiência homossexual durante o carnaval de rua. Ao conhecer outro rapaz, o narrador e o rapaz ficam aos beijos em um baile privado, no que são *desconvidados* daquele ambiente murado. Eles são cercados por um grupo de observadores que os oprime e simbolicamente os expulsa daquele ambiente predominantemente heterossexual. Com isso, eles decidem por deixar o baile, indo para a arena urbana. Na qual eles desafiam a invisibilidade e apoderam-se da *urbe* para experimentar a erótica não-conformante, pelo que transam na areia da praia.

Se no espaço privado eles eram desconvidados, na praia eles são surpreendidos por um grupo de populares dispostos a agredi-los. O grupo enfurecido corria em direção aos rapazes com a intenção de talvez matá-los. O narrador conta o seu desespero ao tentar fugir, a voz narrativa diz que sua “mão agarrou um espaço vazio” e que ele estava “sozinho e nu, correndo pela areia da praia” (39). O narrador e seu amante são assassinados a sangue frio e à luz do dia, apontando a banalização da morte desses corpos que configuram a lógica agambiana do *homo sacer* (AGAMBEN, 2007).

Nesse microcosmo de nação e numa ótica de falta de direitos em que os sujeitos estão reduzidos à *matabilidade*, Agamben (2007) nos esclarece que o *homo sacer* tem em sua vida uma simbiose com a morte, mesmo sem pertencer ao mundo dos cadáveres. Isto é dizer que num espaço de autoritarismo e de suspensão dos direitos, a não-heterossexualidade se torna um *avatar* da vida nua – vida sem direitos sociais substanciais – em que a sua própria existência desequilibra a inteligibilidade do construto jurídico-político. O crítico argumenta que:

À vida nua e os seus *avatars* modernos (a vida biológica, a sexualidade etc.) é inerente uma opacidade que é impossível esclarecer sem que se tome consciência do seu caráter político; inversamente, a política moderna, uma vez que entrou em íntima

simbiose com a vida nua, perde a inteligibilidade que nos parece ainda caracterizar o edifício jurídico-político da política clássica. (AGAMBEN, 2007, p. 126)

Com isso, as mãos vazias do narrador funcionam como uma metáfora de um estado de exceção que não fornecia mecanismo de banalização da perseguição aos não-heterossexuais no contexto da ditadura civil-militar (FIGARI, 2007). Apesar do cenário desmotivador, a brutalidade representada no texto traz esses corpos para o centro do ataque daquele corredor polonês, o que conseqüentemente os posiciona no centro da discussão nacional. O texto articula então um projeto de narração que desconserta a *supremacia cultural e hierarquia histórica* tradicional (BHABHA, 2000) e permite que vozes contestadoras sejam vislumbradas como sujeitos nacionais. O fato de esses sujeitos estarem em trânsito por espaços públicos e privados alegóricos (AVELAR, 1999), os permitem tomar posse simbolicamente do imaginário nacional.

O próprio cenário de violação de direitos que retoma uma verossimilhança da falta de direito, sugere outro *modo operandi* democrático para a existência de uma cidadania sexual. Para o crítico literário brasileiro Alfredo Bosi (2002), “a escrita trabalha não só com a memória das coisas acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável” (BOSI, 2002, p. 121). O crítico explica que o foco narrativo tem o potencial de levar ao texto produções de resistências dos valores ou *antivalores* do seu meio. Isso é dizer que essa realidade alternativa constrói não apenas uma possibilidade textual para as personagens, mas sugere uma transmutação *intervencionista* da possibilidade textual para a realidade material. Bosi (2002) argumenta que retratar a “vida como ela é” (BOSI, 2002, p. 130) significa propor uma intervenção ao cotidiano, sugerindo como deveria ser a vida real. Ele defende que essa “literatura-de-apelo” (BOSI, 2002, p. 251) implica uma *hiperintervenção* e *hipermediação* aos conflitos demandados pelos grupos sociais excluídos.

Esse caráter literário questiona a *vida como ela é*, sugerindo então que uma nova realidade material seja possibilitada. Lynn Hunt (2008) acredita que esse traço

literário tem o potencial histórico de “inventar direitos humanos”⁸ (HUNT, 2008, p. 20). Em outras palavras, a historiadora diz que o papel empático da literatura de representar narrativas de trauma e de violações normalizadas, levanta uma discussão social que vislumbra eventuais rupturas com a lógica de não-direitos para grupos minoritários. Novamente, como no *leitmotif* deste ensaio, a nação como narração (BHABHA, 2000) permite uma conexão entre realidade material e ficcional através do projeto literário que abarque vozes de contestação para o imaginário nacional.

Mesmo sem utilizar a palavra ditadura sequer uma vez, o texto de Abreu dialoga diretamente com a instituição repressora por denunciar a violência social banalizada que perseguia principalmente travestis e michês nas ruas do Brasil (FIGARI, 2007). A produção literária de Caio Fernando Abreu se passava na cidade ficcional Passo de Guanxuma, que representava um espaço não determinado, abarcando um microcosmo de nação. Isto é, a falta de determinismo geográfico amplifica esse cenário de violência e de sensação de falta de direitos por não-heterossexuais em todo o território nacional brasileiro. Por serem considerados pessoas sem emprego, as populações LGBTTIQ+⁹ eram presas, agredidas e assassinadas na sociedade brasileira. O pior desse cenário é a alegoria da inútil fuga do narrador que representa um Estado que não garante proteção a esse tipo de cidadão, que não tinha voz ou direito de se defender social ou legalmente. Essa tentativa de fuga sem ajuda pelos policiais e das pessoas simboliza o espaço de marginalização, falta de espaço e apoio social, religioso e dos padrões aceitos do heterossexismo em identidade de gênero e sexualidade, nas leis brasileiras sofrida por pessoas não-heterossexuais. Nesse conto de Abreu, o Estado e a sociedade são os terroristas, os assassinos, que facilitam ou perpetram a violência física e simbólica contra esses sujeitos. O texto representa que a homofobia enfrentada socialmente, tinha amparo legal para ser estabelecida, o que impedia que os não-heterossexuais exercessem plenamente seus direitos humanos na realidade brasileira ditatorial.

⁸ Tradução do autor do artigo.

⁹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Intersexo, *Queer*, *Quare* (pessoas não-heterossexuais pertencentes a grupos minoritários raciais), *Questioning*, não-binários e outros.

Novamente, a própria denúncia textual sugere a necessidade de um estado com direito a esses grupos e reverte a inteligibilidade de um estado hierárquico culturalmente, equalizando modos de ser no campo sócio-textual.

“Sargento Garcia”

Nesse conto, Abreu discute o papel do quartel como espaço da homosociabilidade masculina, isto é, espaço de interação entre homens que também possibilitava um contínuo para que a homossexualidade pudesse ser experienciada, subvertendo o controle das normas da ditadura (SEDGWICK, 1985). Na obra, Garcia é o sargento responsável pela seleção de recrutas no alistamento obrigatório do exército, Garcia se aproxima de Hermes e o ofende no primeiro contato. Ao dispensar o jovem que apresentou atestado falso de problemas de saúde, Garcia oferece uma carona e os dois terminam em uma espécie de motel para “entendidos”, homens que eram discretos com relação a sua não-heterossexualidade. O lugar era cuidado pela mulher-trans Isadora. Hermes vai embora e o narrador em primeira pessoa apresenta uma alegoria de liberação sexual com os símbolos de independência nacional do Império português que se justapunha a liberdade social e sexual sonhada numa pátria pós-ditadura (NASCIMENTO, 2018).

Em agosto do primeiro ano da ditadura foi promulgada a Lei de Obrigatoriedade do Serviço Militar, tal lei forçava que todos os nascidos no sexo biológico masculino fossem sumariamente obrigados a se alistar nas Forças Armadas. Caso qualquer cidadão no Brasil nascido no sexo biológico masculino se recusasse, este indivíduo não poderia votar, entrar na faculdade, assumir cargo público, casar ou viajar ao exterior. A obtenção desse documento dependia (e ainda dependem) da apresentação do Certificado de Reservista.

Em outras palavras, sem seguir à risca a cartilha da heteronormatividade compulsória, os direitos políticos (voto), sociais (estudo e trabalho formal), civis (casamento) eram impedidos pelo Estado (HOLSTON, 2008). Ou seja, dentro dessa

perspectiva, a recusa ou a impossibilidade de reduzir-se a essa estrutura normatizante, trazia ao sujeito não-heterossexual para o escopo da *cidadania disjuntiva*, defendida pelo antropólogo James Holston (2008). Para o pesquisador, O conceito de cidadania disjuntiva se dá pela construção de desigualdades dentro do campo jurídico brasileiro em que alguns tem mais acessos aos privilégios da cidadania do que outros. Isto é dizer que há caracteres disjuntivos legais que separam os direitos concretos – forma e letra da lei – dos direitos substanciais – acesso possibilitado a esses benefícios. Com isso, pode-se também entender que a cidadania sexual se apresenta com aparatos assimétricos em que tange ao acesso aos plenos direitos por parte das minorias sexuais e identidades de gênero ainda no Brasil contemporâneo.

Se tal resolução com relação ao alistamento obrigatório continua violenta até os dias atuais, mesmo que com certo avanço nas questões dos direitos das minorias sexuais e de gênero, era muito pior nos tempos da ditadura. Essa lei agride simbolicamente as minorias sexuais e de identidade de gênero, pois os lugares de alistamento são regidos por uma lógica machista que debocha de ser de modos não legitimados pela perspectiva da heterossexualidade compulsória (RICH, 1980). Adolescentes transgêneros são obrigados a passar por tal experiência porque, muitos só podem iniciar tal processo de redesignação sexual ou comprovarem a sua identidade de gênero com a aprovação dos pais.

No texto, a proposta de Abreu brinca com a tensão da performance de masculinidade com a aproximação sexual entre os dois homens. Isto é, o que inicia como deboche e intimidação por parte do sargento ao jovem delicado, se torna uma estratégia de aproximação homoerótica entre os dois. O artefato literário então estiliza a ideia hierárquica e aponta a existência da não-heterossexualidade como ente fluído que permeia ambientes de controle como o quartel militar (FOUCAULT, 1999 [1984]). No conto, a tentativa de se definir o *macho* depende da figura da antagônica *da bicha*. No entanto, o próprio macho é desarticulado por iniciar um investimento homossexual, desequilibrando ideias rígidas de performance de gênero e prática sexual.

É importante notar que a representação da relação homossexual em “Sargento Garcia” desconstrói dois aspectos centrais, (1) o ideário dos papéis sexual e de gênero impostos pelo regime e a (2) rígida categorização homossexual estereotipada. A possibilidade de uma sexualidade não-heterossexual por Garcia desmonta a partir de um símbolo militar a construção da masculinidade imposta pelo regime por retratar um sargento que investe sexualmente em um recruta. Ou seja, Garcia utiliza do seu privilégio militar para exercer a sua homossexualidade numa relação de dominação. E Garcia, sendo esse símbolo de virilidade e macheza, na obra, desequilibra a homossexualidade como identidade fixa efeminada que diminuía as subjetividades das minorias sexuais a papéis rígidos, em particular no período em questão. Abreu (1982) em si, na condição de escritor, não acreditava na homossexualidade, mas na sexualidade humana expressa em múltiplas faces e com isso ele desarticulava a leitura binária de uma identidade sexual e de gênero reforçada pelo regime civil-militar, trazendo à baila outras possibilidades além de possibilidades óbvias de performance do desejo não-conformante.

“Aqueles Dois”

No conto que narra a história de Saul e Raul, os jovens migrantes e recém-contratados por uma repartição e que desenvolvem uma forte amizade no ambiente de trabalho. As similaridades nos nomes Raul e Saul, o fato de os dois serem recém-chegados a essa nova cidade e de diferentes lugares do país – norte e sul – e o fato de que os dois haviam tido relações duradoras com o sexo oposto antes de seu transito geográfico, reforçava os laços entre os rapazes. A relação dos rapazes é entendida como uma relação “anormal” e por isso eles foram demitidos por justa causa pelo chefe (ABREU, 1982, p. 101-102). O chefe dizia da importância da “reputação-de-nossa-firma ou tenho-que-zelar-pela-moral-dos-meus-funcionários” (ABREU, 1982, p. 102), apontando aos valores contrários que a sociedade tinha com a ideia de modos de expressão sexual que rompessem com a heterossexualidade compulsória (RICH,

1980).

É importante perceber que o narrador onisciente de Abreu brinca com as descrições, sendo muito detalhista em alguns pontos e muito omissos em momentos cruciais para o leitor “descobrir” se os dois rapazes são ou não namorados, resposta não fornecida na narrativa. Esse recurso estilístico de Abreu é intencional para desequilibrar a heterossexualidade e os papéis de gênero na sociedade brasileira. As personagens homofóbicas do trabalho, fazem de tudo para tentar provar a relação homossexual entre os dois.

No entanto, em “Aqueles dois” a incerteza tem mais a dizer do que declarar a homossexualidade exposta, pois para Abreu apresentar um entre-lugar em que a sexualidade possa transitar sem rótulos é mais importante do que declarações óbvias que apresentariam a *bicha* como figura óbvia. O *entre-lugar* e o não-dito de Abreu não elabora uma exaltação a homossexualidade, mas desestrutura o que se tem de mais sólido com relação a heterossexualidade, justamente por essa incerteza, os dois jovens tampouco eram efeminados ou representavam o binário gay entre a *bicha*, o gay afetado, e o *bofe*, gay masculinizado. Já o fato deles serem migrantes também lida com o entre-lugar e a falta de direito ao espaço da não-heterossexualidade na sociedade brasileira por ser limitar a heterossexualidade como única possibilidade de identidade sexual.

Na lógica de referente nacional, o texto remonta o cenário de incertezas que levaram demissões em massa de não-heterossexuais durante a ditadura civil-militar (QUINALHA, 2015). A incerteza narrativa quebra a lógica de intolerância, visto que a visão conservadora não sabe lidar com o entre-lugar. Com isso, o texto sugere aberturas no campo dos direitos e postula uma realidade em que definições fixas não retratem os direitos ou falta de direitos que cidadãos possam exercer e/ou ter acesso. A nação textual, portanto, sente o desconforto por decisões tomadas em uma hierarquia dos desejos e culturais que reduzem modos de ser não-conformantes a pequenas caixas de intolerância.

Stella Manhattan e o Período de Transição Democrática

Publicado em 1985, o livro dialoga diretamente com o período da ditadura e da transição democrática em forma de uma ficção literária de reportagem. O texto narra a história de Eduardo/Stella, jovem negro e filho abastado de uma família de classe média carioca. O pai de Eduardo se irrita com o filho que se traveste constantemente de Stella e reforça o hábito no carnaval. Após ser castigado, enclausurado em seu quarto por meses, o pai de Eduardo consegue que Viana, seu amigo, o ajude a conseguir uma vaga para Eduardo na embaixada brasileira em Nova York. Nos EUA, Eduardo/Stella descobre que Viana também se traveste de Viúva Negra, identidade transgênero do adido militar. Viana/Viúva Negra pede a ajuda de Eduardo/Stella porque se caso descoberto, ele perde todos os privilégios do exército.

Ao ajuda-l@, Eduardo/Stella entra no embate da ditadura e o Serviço Nacional de Informação, CIA entre a esquerda guerrilheira, exilada em Nova York. Marcelo, um dos responsáveis pelo grupo da esquerda, pede que Eduardo/Stella se afaste de Viana/Viúva Negra porque o adido militar está marcado para um atentado e que humilhará o adido por saber que se traveste de Viúva Negra. Eduardo/Stella não queria trair o amigo até que Viana/Viúva Negra o ofende, revelando ao leitor e para Eduardo/Stella que el@ é filho da empregada e que a família de Eduardo o despreza por ser *bicha* e, conseqüentemente, uma vergonha para a família. Mesmo com todos esses conflitos emocionais, Eduardo/Stella descobre que a CIA o acusa de um envolvimento supostamente terrorista com os grupos de esquerda e numa trama que piorava a sensação de medo e de abandono da personagem principal do romance.

Ao pedir ajuda a Marcelo pela manhã, seu amigo militante de esquerda, quem atende o telefone é Rick, americano do Arizona por quem Eduardo/Stella é apaixonad@. Eduardo/Stella, então, presume que seu único amigo, naquele momento, havia traído a sua confiança e tido relações sexuais com o homem que Eduardo/Stella amava, posto que a personagem sabia que na casa de Marcelo só havia uma cama, reforçando sua teoria sobre o suposto envolvimento amoroso entre os dois.

Eduardo/Stella foge, se sentindo sem apoio de nenhum dos lados do jogo, nomeadamente esquerda e direita, pela sua identidade sexual e de gênero. Nessa fuga, Eduardo/Stella provavelmente é pres@ por vadiagem, estuprad@ e assassinad@. Tais elementos são negados pela a embaixada do Brasil, o exército brasileiro e CIA que temem que tal fato seja equiparado a um revanchismo pós o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick¹⁰ pelos guerrilheiros no Rio de Janeiro. Marcelo, que representa a esquerda, nada faz para ajudar Eduardo/Stella ou para lutar pelo direito à verdade.

O texto apesar de representar anos anteriores, a sua publicação em 1985 e a sua diegése textual dialogam claramente com o período de transição e da memória negada, especialmente para as minorias sexuais. Renan Quinalha (2015) aponta que a inexistência de uma pauta na Comissão Nacional da Verdade, até 2013, que dialogasse especificamente com as violações dos direitos humanos dos LGBTTIQ+ era fundamental para que se estabelecesse os passos da transição, tais como o direito à verdade, direito à memória e à reparação. É curioso notar que essa memória sobre as violações cometidas contra as minorias sexuais, também marcadas pelas questões raciais, exerceria um caráter simbólico em que pese a resignificação do espaço em que as minorias sexuais e de gênero ocupam no país. Tal ato seria importante elemento no combate a homofobia e a construção de uma nação democrática por parte das populações oprimidas em função de sua sexualidade e identidade de gênero.

Outro aspecto fundamental do texto de Santiago (1994 [1985]) se relaciona com o retrato do governo ditatorial e da esquerda militante que reprimiam a homossexualidade, conforme também apontado nos textos *biográficciconais* de Herbert Daniel, tais como *Meu corpo daria um romance* (1984) e *Passagem para o próximo sonho* (1982). A ameaça de Marcelo de revelar o caráter *queer* de Viana e pelas afrontas homofóbicas que picharam no apartamento alugado por Viana/Viúva Negra

¹⁰ Charles Burke Elbrick foi um diplomata estadunidense sequestrado em uma incursão do grupo de esquerda armada MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de março) que visava obter a soltura de outros militantes presos em quartéis e sob a tortura do aparelho militar. A história do plano que culminou no sequestro de Elbrick está no livro *O que é isso companheiro?* escrito por Fernando Gabeira (2009 [1979]) e no filme homônimo dirigido por Bruno Barreto (1997).

para se travestir e seu medo de ser descobert@ pelos militares, representam esse espaço de vulnerabilidade da não-heterossexualidade, mesmo durante o período de transição democrática. A não-heterossexualidade era apresentada como uma ameaça moral tanto pelo governo militar, quanto pela esquerda que ensaiava o projeto de uma nova nação. No entanto, as diferenças sexuais e de identidade gênero continuavam como identidades *underground* e inferiores, além de serem moedas de troca e agendas políticas secundárias da esquerda conforme discutido por Carlos Figari (2007).

Comparação e Conclusão

Os textos dos dois autores traçam, em conjunto, comentários do papel de gênero e da construção da sexualidade na realidade brasileira em dois momentos muito representativos, a ditadura e o processo de transição democrática. No texto de Abreu (1982), temos a mistura do desequilíbrio dos padrões de gênero e sexualidade impostos pelo regime, em uma espécie de sonho ou projeção de uma realidade histórica, ficcional, material e sociocultural que considerasse as outras possibilidades de expressão da sexualidade ou das identidades de gênero. Os textos de Abreu (1982), portanto, desafiam a norma e projetam no campo ficcional e concreto uma realidade que considere as vozes de contestação ao construto dos direitos no Brasil. Propondo que uma nação inclusiva fosse redesenhada através do foco narrativo (BHABHA, 2000). Já em Santiago (1994 [1985]), percebemos uma denúncia contra um novo modelo de país que se ensaiava, mas que varria o sonho retratado por Abreu para debaixo do tapete. Ou seja, a histórica repressão e violação aos direitos humanos e repressão cometida pela ditadura estavam sendo silenciadas e a esquerda em ascensão continuava a secundarizar a pauta das identidades sexuais e de gênero no país.

Os dois textos documentam literariamente a denúncia ao legado heterossexista reforçado no período da ditadura civil-militar e falta de rota de fuga apresentada para as

minorias oprimidas pelas diferenças sexuais e de identidade de gênero nesse novo modelo de governo proposto, nomeadamente a democracia. A violência física apresentada em *Stella Manhattan* e *Morangos mofados*, especificamente em “terça-feira gorda”, lidam com os números de assassinatos aos homossexuais que coloca o Brasil como tradicional líder mundial em assassinatos absolutos às populações LGBTTIQ+. O caráter literário de Santiago (1994 [1985]) e Abreu (1982) funcionam como um artefato cultural que reivindica direitos aos marginalizados e denuncia as remontagens dessas violências como na ditadura e silenciamento na transição democrática que omitiu a discriminação sexual da Constituição Cidadã de 1988. Tais debates comentados nos textos literários ainda ressoam nas reconfigurações da violação dos direitos humanos dos LGBTTIQ+ no Brasil contemporâneo. No entanto, a literatura não se silencia e reconhece vozes de protestos a estruturas desumanizantes e contínua a sonhar com futuros alternativos e uma cidadania simétrica também para os tradicionalmente marginalizados e perseguidos por questões de identidade sexual e de gênero.

Referências

ABREU, Caio Fernando. **Morangos mofados**. Agir: Rio de Janeiro, 1982.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberando e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Editora da UFMG: Belo Horizonte, 2007.

AVELAR, Idelber. **Untimely Present: Postdictatorial Latin American Fiction and the Task of Mourning**. Duke University Press: North Carolina, 1999.

BARRETO, Bruno. **O que é isso companheiro?** Sony Pictures, Columbia Pictures, e Miraxa, 1997.

BHABHA, Homi. **Nation and narration**. Routledge, London, 2000.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

COWAN, Benjamin. “Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar”. In: Green, James N. and Quinalha, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. Edufscar, São Paulo, pp. 27-52, 2015.

DANIELI, Herbert. **Meu corpo daria um romance**. Rocco: Rio de Janeiro, 1984.

_____. **Passagem para o próximo sonho**. Rocco: Rio de Janeiro, 1982.

FIGARI, Carlos. **@s Outr@s Cariocas**: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro Séculos XVII ao XX. Editora UFMG, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. Trans. by Alan Sheridan. New York: Vintage Books. 1977.

_____. **História da Sexualidade vol. I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Theresa da Costa de Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição, Edições Graal: Rio de Janeiro, 1999 [1984].

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2009 [1979].

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton University Press: New Jersey, 2008.

HUNT, Lynn. **Inventing Human Rights: A History**. Norton Company, 2008.

NASCIMENTO, André. “O macho performático: a ditadura e a homosociabilidade em “Sargento Garcia”, de Caio Fernando Abreu”. In: *Revell – Revista de Estudos Literários da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul*. V.2, n. 19, p. 117-138 – *Representações da Masculinidade em Literaturas Lusófonas*, 2018. Disponível em: <http://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/2862>.

QUINALHA, Renan. “A questão LGBT no trabalho da memória e justiça após a ditadura brasileira”. In: Green, James N. and Quinalha, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. Edufscar, São Paulo, pp. 245-72, 2015.

SANTIAGO, Silviano. **Stella Manhattan**. Translated by George Yúdice, Duke University Press: 1994 [1985].

RICH, Adrienne. “Compulsory heterosexuality and Lesbian Existence”. In: **Signs**, vol. 05, No. 04, Women: Sex and Sexuality – Chicago Press University, Chicago, 1980.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **English Men: English Literature and Male Homosocial Desire**. New York. Columbia University Press, 1985.